



# QUEBRANDO PODERES HEGEMÔNICOS: POR UMA DEMOCRATIZAÇÃO DO PODER ATRAVÉS DO FEMINISMO INTERSECCIONAL

SMASHING HEMOGENIC POWERS: FOR A POWER DEMOCRATIZATION  
THROUGH INTERSECTIONAL FEMINISM

ROMPIENDO PODERES HEGEMÓNICOS: POR UNA DEMOCRATIZACIÓN DEL  
PODER A TRAVÉS DEL FEMINISMO INTERSECCIONAL

Ana Karolyne Oliveira Monteiro<sup>1</sup>  
Leonardo Mèrcher<sup>2</sup>

## RESUMO

O mundo mudou, e reconhecer a mulher como ser impulsionador da democratização possibilitará a construção de uma sociedade mais justa. Por isso, este trabalho se debruça sobre a história da teoria política feminista, para que possam ser compreendidas as origens dos motores da luta pela igualdade social e de gênero. Trata as abordagens de gênero nas relações internacionais, com o intuito de analisar a participação da mulher na política internacional; e a importância do conceito de lugar de fala na reconstrução do feminismo como movimento de luta social e, portanto, na ressignificação do ideal democrático. Tem-se aqui o objetivo de pensar a democracia através da perspectiva feminista interseccional e de propor uma abordagem científico-social que tenha como foco as interseções entre gênero, raça e classe na formação de um novo projeto de democracia. Entender a importância do feminismo interseccional para a democracia é quebrar os paradigmas de construções sociais e políticas hegemônicas que, durante séculos, negaram às mulheres posições de protagonismo na política internacional.

**Palavras-chave:** Feminismo. Democracia. Feminismo Interseccional. Relações Internacionais.

## ABSTRACT

The world has changed and recognizing women as the driving force of democratization will enable the conception of a fairer society. For this reason,

---

<sup>1</sup> Bacharelanda em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

<sup>2</sup> Professor Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Especialista e Bacharel em Relações Internacionais Contemporâneas pela PUC – Rio.

this paper focuses on the history of feminist political theory, so that the origins of the forces moving the struggle for social and gender equality can be understood; the gender studies in International Relations, with the purpose of analyzing the participation of women in international politics; and the importance of the concept of place of speech in the reconstruction of feminism as a social movement and, therefore, in the re-signification of democracy as a form of government. The aim here is to think about democracy through the intersectional feminist perspective and to propose a social scientific approach that focuses on the intersections between gender, race and class in the shaping of a new project of democracy. Understanding the importance of intersectional feminism for democracy is to break the paradigms of hegemonic social and political constructions that have denied women positions of leadership in international politics for centuries.

**Keywords:** Feminism. Democracy. Intersectional Feminism. International Relations.

## RESUMEN

El mundo ha cambiado, y reconocer a la mujer como ser que le da impulso a la democracia permitirá la construcción de una sociedad más justa. Por ello, este trabajo se dedica a la historia de la teoría política feminista, para que se puedan entender los orígenes de los motores de la lucha por la igualdad social y de género. Trata el abordaje de género en las relaciones internacionales, con la intención de analizar la participación de la mujer en la política internacional, así como la importancia del concepto de *lugar de fala* en la reconstrucción del feminismo como movimiento de lucha social y, por lo tanto, en la resignificación del ideal democrático. El objetivo es pensar la democracia a través de la perspectiva feminista interseccional y proponer un abordaje científico-social cuyo foco sean las intersecciones entre género, raza y clase en la formación de un nuevo proyecto de democracia. Comprender la importancia del feminismo interseccional para la democracia es romper los paradigmas de construcciones sociales y políticas hegemónicas que, durante siglos, negaron a las mujeres posiciones de protagonismo en la política internacional.

**Palabras-clave:** Feminismo. Democracia. Feminismo Interseccional. Relaciones Internacionales.

## 1 INTRODUÇÃO

Os processos de democratização política, econômica e social nunca foram tão intensamente colocados à prova quanto agora. Nacional e internacionalmente, vivemos um momento de ressignificação histórica do sentido de poder no qual os grupos considerados como minorias de direitos e suas lutas ganham espaço na forma

de fazer política no Brasil e no mundo, o que coloca em cheque o *status quo* e os valores sociais que guiam a forma democrática de governo desde os primórdios da teoria da democracia, que remontam à Antiguidade Clássica.

Nesse sentido, o feminismo adquire uma posição de destaque na luta por um mundo mais democrático e inclusivo. A abordagem interseccional feminista nos permite explorar os diversos aspectos econômicos, políticos e sociais que contribuíram para a exclusão feminina do cenário internacional ao longo da história, oferecendo-nos uma ferramenta de grande importância na luta pela desigualdade social e, portanto, de gênero.

Por isso, tal abordagem no âmbito da Ciência Política e das Relações Internacionais nos permite refletir sobre o porquê da necessidade de um olhar que inclua um estudo sobre desigualdade social para além dos estudos econômicos: é preciso ir mais fundo e entender a democracia (ou a falta dela) como resultado direto das intersecções entre gênero, raça e classe e, assim, compreender o feminismo como um movimento interseccional.

## 2 O FEMINISMO E A DEMOCRACIA

### 2.1. O feminismo como movimento social: para que ser feminista?

Entender o papel da desigualdade de gênero na política internacional é de extrema importância para a compreensão do feminismo como componente vital para a verdadeira construção da democracia. Antes disso, porém, devemos examinar o feminismo como movimento político e social e as variações de suas vertentes.

De acordo com Gloria Jean Watkins, mais conhecida como bell hooks, em seu livro *Feminism is for Everybody*, o feminismo é um movimento “pelo fim do sexismo, da exploração sexista, e da opressão” (HOOKS, 2000, p. 4, tradução nossa). hooks explica que o feminismo não se trata de um movimento anti-masculino, e sim anti-sexista (HOOKS, 2000). Enquanto isso, a escritora Chimamanda Adichie, ao recontar a história de como se descobriu feminista depois de assim ser descrita por um amigo, descreve o conceito da seguinte forma:

Ele tinha razão, anos atrás, ao me chamar de feminista. Eu sou feminista. Naquele dia, quando cheguei em casa e procurei a palavra no dicionário, foi este o significado que encontrei: 'Feminista: uma pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos'. Minha bisavó, pelas histórias que ouvi, era feminista. Ela fugiu da casa do sujeito com quem não queria se casar e se casou com o homem que escolheu. Ela resistiu, protestou, falou alto quando se viu privada de espaço e acesso por ser do sexo feminino. Ela não conhecia a palavra 'feminista'. Mas nem por isso ela não era uma. Mais mulheres deveriam reivindicar essa palavra. O melhor exemplo de feminista que conheço é o meu irmão Kene, que também é um jovem legal, bonito e muito másculo. A meu ver, feminista é o homem ou a mulher que diz: 'Sim, existe um problema de gênero ainda hoje e temos que resolvê-lo, temos que melhorar.'. (ADICHIE, 2014, p. 58-9)

Historicamente, o conceito de desigualdade de gênero surgiu como resposta à comparação entre homens e mulheres em termos de sua natureza física e biológica. Filósofos como Aristóteles acreditavam na inevitável submissão feminina como consequência de virtudes especiais que colocariam a mulher em um lugar de inferioridade para ele, a virtude moral pertence a homens e mulheres, mas “a sensatez de um homem ou de uma mulher, ou a coragem e senso de justiça de ambos, não são, como Sócrates acreditava, as mesmas: a coragem de um homem se mostra no comando, e a de uma mulher, na obediência” (ARISTÓTELES apud GREY, 2013, tradução nossa).

Para Simone de Beauvoir, as diferenças entre homens e mulheres surgem a partir da caracterização do homem como Sujeito, e da mulher como o Outro: para ela, “a fêmea é o inessencial perante o essencial” (BEAUVOIR, 2016, p. 14).

Praticamente, assim como para os antigos havia uma vertical absoluta à qual se definia a oblíqua, há um tipo humano absoluto que é o tipo masculino. A mulher tem ovários, um útero; eis as condições singulares que a encerram na sua subjetividade; diz-se de bom grado que ela pensa com suas glândulas. O homem esquece soberbamente que sua anatomia também comporta hormônios e testículos. Encara o corpo como uma relação direta e normal com o mundo, que acredita apreender na sua objetividade, ao passo que considera o corpo da mulher sobrecarregado por tudo o que o especifica: um obstáculo, uma prisão. 'A fêmea é fêmea em virtude de certa *carência* de qualidades', diz Aristóteles. 'Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural'. (...) A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. (BEAUVOIR, 2016, p. 12)

Se a divisão entre os sexos é, em essência, biológica, como libertar a mulher, então, do estigma da natureza fraca e da submissão ao “Sujeito” descritos por Simone de Beauvoir? O feminismo começa a ser desenhado como movimento político de luta

social a partir da primeira Revolução Industrial, no século XIX, período em que a mulher inicia sua inserção na esfera do trabalho produtor, ambiente até então dominado pelos homens. Surge aí, então, a primeira onda do movimento feminista, também conhecida como feminismo liberal: as reivindicações saem da teoria e tomam dimensões econômicas, políticas e sociais e questionam diretamente o *status quo* da dominação masculina e os papéis sociais de gênero impostos às mulheres. Para Beauvoir,

(...) a burguesia apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher tanto mais vigorosamente quanto sua emancipação torna-se uma verdadeira ameaça; mesmo dentro da classe operária os homens tentaram frear essa libertação, porque as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes (BEAUVOIR, 2016, p. 20).

Antes de Simone de Beauvoir, filósofa francesa e uma das protagonistas da segunda onda do feminismo, Sojourner Truth e Mary Wollstonecraft foram as principais intelectuais que iniciaram o debate acadêmico sobre os direitos das mulheres nos Estados Unidos. Considerada a fundadora do feminismo, Wollstonecraft foi a primeira a sistematizar, na primeira onda do movimento feminista, as raízes da opressão das mulheres e a necessidade de sua emancipação.

De acordo com Luis Felipe Miguel, a primeira fase da teoria política feminista tinha como foco “a educação das mulheres, o direito ao voto e a igualdade no casamento, em particular o direito das mulheres casadas a dispor de suas propriedades” (MIGUEL, 2015). Para Wollstonecraft, a submissão à qual a mulher se rendia era causada pela negligência quanto à educação que lhe era dada e “a idolatria masculina aos atributos femininos estava a distorcer suas ideias de tal forma que quase toda mulher civilizada mal pudesse esperar para inspirar nada mais que amor quando elas devessem estar buscando, sim, respeito por suas habilidades e virtudes” (WOLLSTONECRAFT, 2010, p. 8).<sup>3</sup>

Mesmo antes de saber o que viria a ser conhecido, séculos depois, como feminismo interseccional, Isabella Bomfree — que nasceu escrava em 1797 e que mudou seu nome para, e se tornou conhecida por, Sojourner Truth em 1843 — falou

---

<sup>3</sup> Do original: “This homage to women’s attractions has distorted their understanding to such an extent that almost all the civilized women of the present century are anxious only to inspire love, when they ought to have the nobler aim of getting respect for their abilities and virtues.” Tradução minha.

ao público da Convenção das Mulheres (Women's Rights Convention) em Ohio, em 1851, sobre a importância de transcender o feminismo majoritariamente universalista branco da época e falar também sobre a mulher negra, que lutava não só pela emancipação de seus direitos como mulher, mas antes de tudo contra a escravidão. Sojourner Truth pode ser considerada como aquela que inspirou o que viria a ser o movimento feminista negro, protagonizado por ativistas como Audre Lorde, bell hooks e Kimberlé Crenshaw, e por Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro e outras ativistas negras no Brasil.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? (...) Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”]. É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida? (TRUTH, 1851)

**Figura 1 – O que são as ondas do feminismo?**



Fonte: FRANCHINI, 2017

Paralelas à vertente feminista liberal protagonizada por Mary Wollstonecraft e Sojourner Truth, emergiram as ideias que serviram de base para a vertente feminista socialista/marxista. Com ênfase na luta de classes e liderada por ativistas como a alemã. Rosa Luxemburgo e a anarquista norte-americana Emma Goldman, o



feminismo socialista/marxista supõe que “a opressão das mulheres não é o resultado da ignorância ou das atuações intencionadas de indivíduos, senão um produto das estruturas políticas, sociais e econômicas do capitalismo.” (SALOMÓN, 2016, p. 170).

**Figura 2 – O que são as ondas do feminismo?**



Fonte: FRANCHINI, 2017

A segunda onda do feminismo, que teve início em meados da década de 1950 e se estendeu até meados dos anos 90, é caracterizada pela emergência dos conceitos de gênero e sexo para determinar uma construção social e uma característica biológica, respectivamente. Tais conceitos, difundidos na década de 60 pela vertente feminista radical, estão inclusos nos debates feministas radicais sobre os direitos humanos, e também direitos reprodutivos, assim como discussões acerca da sexualidade.

Na vertente feminista radical, a opressão sexual, a prostituição e a pornografia como pilares da manutenção da dominação masculina são algumas das principais pautas. Audre Lorde, uma das principais ativistas da segunda onda do feminismo, ressaltou a importância de se fazer incluir, no debate feminista, níveis diferentes de opressões. Como mulher, negra, e lésbica, Lorde “não podia negar uma identidade para afirmar outra, pois fazer isso não seria transformação real e sim reformismo” (RIBEIRO, 2017, p. 50).

Apesar de terem em comum a luta contra a opressão política, econômica, social e sexual, os grupos feministas liberais, marxistas/socialistas e radicais ainda eram compostos, em sua maioria, por mulheres brancas e de classe alta. Enquanto isso, as

mulheres de diferentes etnias, raças, sexualidades e classes sociais viram, em suas diferenças, a construção de diversas formas de ser mulher: nasce, assim, a terceira onda do movimento feminista, ou feminismo “identitário”.

É a partir da terceira onda que o conceito de interseccionalidade, ou da interseção de diferentes tipos de opressão da mulher, emerge de forma sistematizada. Ao longo dos próximos tópicos que compõem este trabalho, serão analisadas as abordagens de gênero em Relações Internacionais e a importância dos conceitos de interseccionalidade e identidade para feminismo e para a democracia.

### **3 AS ABORDAGENS DE GÊNERO NO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

É necessário deixar clara, aqui, a diferença entre teoria política feminista e enfoque de gênero. Enquanto a primeira tem suas origens ligadas ao final do século XVIII e ao século XIX e à sistematização da disciplina, protagonizada pela ativista Mary Wollstonecraft, a abordagem de gênero na disciplina de Relações Internacionais surgiu na década de 1980 através da necessidade de questionar o *status quo* teórico da disciplina, de viés majoritariamente masculinista e ocidental, e inserir no escopo disciplinar os diferentes aspectos que compõem as participações de homens e mulheres na política internacional.

Apesar de não compor, ao contrário da teoria feminista, uma teoria de relações internacionais em si, a perspectiva de gênero consiste em um conjunto de abordagens que têm como foco a análise dos papéis de gênero assumidos por mulheres e pelos homens (as masculinidades), assim como dos grupos que não se encaixam na divisão convencional de gêneros (SALOMÓN, 2016, p. 158). Para Souza (2014, p. 3), “[...] questionar-se sobre o lugar que as mulheres (não) ocupam no cenário internacional é apenas um primeiro passo para se pensar, a partir da crescente literatura feminista do campo, relações de desigualdade e opressão entre gêneros na política internacional”.

Nos anos 80, o ostracismo da perspectiva de gênero em relações internacionais foi posto à prova pelos eventos históricos da época: o fim da Guerra Fria, a crise econômica e ambiental global, e o fracasso das políticas de desenvolvimento do terceiro mundo (ISQUIERDO, 2012), fizeram surgir as críticas aos modelos



tradicionais de investigação da disciplina, pautados no positivismo, que por sua vez inspirou o surgimento das escolas realista e liberalista das relações internacionais, assim como o feminismo liberal. Aqui, a oposição é à visão iluminista da produção do conhecimento ocidental, que tem por base a “exterioridade, a objetividade e a neutralidade das ciências” (ISQUIERDO, 2012, p.5).

Com base na crítica às abordagens tradicionais em relações internacionais, a inclusão das perspectivas de gênero na disciplina ocorre de forma mais difusa a partir dos anos 80 impulsionada pelas teorias que têm, na análise das identidades, do discurso e dos movimentos sociais, seus focos de estudo: o construtivismo, o pós-estruturalismo e o pós-colonialismo. Na tentativa de desconstrução dos ideais universalistas propostos pelo liberalismo, em relações internacionais, e pelas ideias do feminismo liberal sobre a necessidade de “‘extensão’ dos direitos políticos e civis masculinos às mulheres” (ISQUIERDO, 2012, p.6), a abordagem de gênero em relações internacionais é fortemente influenciada pelas propostas das vertentes marxista/socialista, radical e pós-colonial do feminismo.

Nesse sentido, a contribuição de ativistas orientais, como Gayatri Spivak, atuou no sentido de criticar a visão de “sujeito soberano do Ocidente” e de enfatizar a importância de se considerar as diversidades contidas no interior da categoria “mulher” (ISQUIERDO, 2012). Inspirado nas ideias da prática científica como reflexo da opressão de classes e da importância do ponto de vista das mulheres<sup>4</sup>, no feminismo marxista/socialista, e nas ideias feministas radicais de construção social de gênero, o feminismo pós-moderno, que inclui as vertentes pós-colonial e pós-estruturalista, questiona “a maneira pela qual a ideologia patriarcal e a dominação masculina permeiam os diferentes modos de representação” (SALOMÓN, 2016, p. 172).

Por mais controversa que seja, especialmente em termos de perpetuação do discurso dominante, mesmo que de forma menos intensa, Spivak contribuiu de forma decisiva no processo de interdisciplinaridade dos estudos feministas em relações internacionais. Em seu livro “Pode o subalterno falar? ”, Spivak oferece uma crítica ao

---

<sup>4</sup> Da expressão “feminismo de ponto de vista” (*standpoint feminism*), que foi desenvolvida no feminismo marxista/socialista e que defende um ponto de vista que parte das experiências particulares de uma mulher ou de um grupo específico de mulheres e do contexto social, político, científico e econômico do qual se parte.

essencialismo e ao universalismo propostos pelas abordagens ocidentais, em especial o liberalismo e o realismo, e defende, assim como Simone de Beauvoir, a existência da diferenciação entre o Sujeito e o Outro, considerando a Europa e a hegemonização do pensamento ocidental europeu o Sujeito, e os grupos oprimidos, o Outro.

Assim como Michel Foucault, Spivak acreditava na legitimação do discurso como forma de poder, poder esse que deslegitimava a importância dos subalternizados, e não acreditava que o subalterno pudesse falar, já que estaria sempre sob a condição de não ter seu lugar reconhecido socialmente.

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à 'mulher' como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio (SPIVAK, 2010, p. 126).

Apesar de reconhecer a importância do discurso político e socialmente consciente da mulher para sua libertação, Spivak tenta evidenciar aqui um "lugar silenciado" (RIBEIRO, 2017, p. 74), perpetuando, de certa forma, o discurso hegemônico masculinizado. Mesmo assim, Spivak deixou clara, através de seus postulados sobre o subalterno e a deslegitimação de seu discurso, a necessidade de uma análise interrelacional, que incluísse gênero, classe social e etnias e viesse a contrapor o viés universalista do "ser mulher".

#### **4 O FEMINISMO INTERSECCIONAL E O LUGAR DE FALA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: TRANSCENDENDO BARREIRAS À DEMOCRACIA**

As epistemologias pós-estruturalistas e pós-colonialistas inauguraram o conceito de lugar de fala a partir do ponto de vista feminista para pensar a intersecção de desigualdades como fator central no entendimento sobre as desigualdades sociais. A teoria do lugar de fala não é uma teoria centrada em experiências individuais, e sim em realidades sociais e históricas compartilhadas por grupos historicamente subalternizados.

Patricia Hill Collins, ao lado de feministas negras como Audrey Lorde e Kimberlé Crenshaw, desenvolveu o conceito do lugar de fala para discutir, segundo Djamila Ribeiro (2016, p. 67), “como as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito à fala, à humanidade”. Ao contrário da crítica pós-moderna, a perspectiva do lugar de fala vai além do nível de experiência individual e reflete sobre o lócus social (RIBEIRO, 2017).

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se radicalizem, entendam o que significa ser branco (...). Ao promover uma multiplicidade de vozes, o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva (RIBEIRO, 2017, P. 69-70).

Pensar o lugar de fala, portanto, é romper com a hegemonia do pensamento universalista e essencialista que colocou a mulher no centro de uma discussão baseada, unicamente, na “rivalidade” de opressões. O feminismo liberal, cuja importância sistematizadora dos postulados que se tornariam a teoria feminista política, não pode ter seu valor epistemológico negado, mas é imprescindível pensar o feminismo como movimento social que considere as diferentes identidades e que questione a hegemonia do pensamento branco, de herança colonial, e patriarcal.

Refletir sobre o lugar de fala é, portanto, também pensar na ideologia racista que permeia a estrutura desumanizadora que o feminismo interseccional tem como foco. O encarceramento em massa é o exemplo mais evidente da importância de movimentos sociais que levem em consideração os recortes de raça, gênero e classe na abordagem de problemas sociais em ciência política e relações internacionais. No Brasil, batemos recordes no número de mulheres negras encarceradas. Um estudo detalhado da filósofa Juliana Borges identificou, no sistema prisional brasileiro, um sistema perpetuador do racismo institucional fundado pelo sistema escravista.

O mito da democracia racial brasileira nada mais é que um sistema punitivo que tem mantido as elites no poder durante toda a história do Brasil, em detrimento da inclusão de grupos historicamente marginalizados pela escravidão e em nome da lógica capitalista de desenvolvimento, através da qual a desigualdade socioeconômica

se torna oportunidade de lucro pela manutenção da vulnerabilidade social no acesso à renda e à educação. Para Juliana Borges, “é evidente, em diversos documentos e estudos, como a sociedade brasileira imperial reestrutura, recombina e funda instituições, preparando um aparelho estatal que perpetuará desigualdades tendo como cerne, e um dos pilares, a racialização” (BORGES, 2018, p. 71).

A modernização do Estado brasileiro era mais um discurso do que uma realidade e se estabelecia, desde o princípio, tendo a exclusão de pessoas consideradas menos do que cidadãos de segunda classe e meros objetos e propriedades. Com isso, não é absurdo afirmar que sequer um status liberal o Brasil conseguiu estabelecer na formação de seu Estado. Ao falarmos de uma perene mentalidade escravocrata em nossa sociedade, estamos falando destes elementos, destes ‘mitos fundantes’ que se remodelam e reconfiguram para manter a estrutura da Casa Grande e Senzala operando. As ‘crises’ dos sistemas prisionais e criminal sequer poderiam ser denominadas como tal, porque se tratam, na verdade, de uma engrenagem funcionando a todo vapor pela manutenção de hierarquias sociais constituídas e indissociadas do elemento racial.

A vulnerabilidade social reforça o encarceramento em massa, já que é mais fácil procurar um “culpado em comum” do que reconhecer a estrutura que hegemoniza e perpetua a opressão racial no Brasil. O próprio Estado cria, através do aprofundamento das vulnerabilidades sociais, um cenário de insegurança e medo. Para Edson Teles, “é mais efetiva a desordem do que relações harmônicas. Assim, faz-se necessária a disseminação de subjetividades agressivas, seja qual for o alvo (..) para se manter o discurso de militarização e pacificação” (TELES, 2018, p. 67-8).

Nesse contexto, há uma tentativa, das engrenagens do Estado, de criar uma estrutura disciplinadora e punitivista. E o alvo principal de tal vulnerabilidade é a população negra: dos encarcerados no Brasil, 53% da população prisional total brasileira acima de 18 anos é negra, e dos 72% sobre os quais se tem informações sobre cor, etnia ou raça, 64% é de pessoas negras, conforme dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen), atualizado em 2016 (INFOPEN, 2016). Ainda, de acordo com o InfoPen Mulheres, o Brasil está em terceiro lugar no ranking das nações com maiores taxas de aprisionamento feminino no mundo para cada 100.000 mulheres, perdendo apenas para Estados Unidos (65,7%) e Tailândia (60,7%) (BIROLI, 2018). O Brasil, ao contrário dos outros primeiros lugares do ranking, tem aumentado sua população feminina encarcerada: entre 2000 e 2016, nossa taxa

de aprisionamento aumentou 455%, enquanto a taxa de aprisionamento feminino na Rússia, por exemplo, diminuiu em 2% (INFOPEN, 2016).

O feminismo interseccional é o caminho rumo à igualdade de gênero, em especial porque diz respeito ao modo de fazer política. A falta de uma maior representatividade feminina na política é fator decisivo na perpetuação de um ideal social pautado no patriarcalismo, no sexismo, no racismo e no imperialismo. O estudo da violência contra a mulher na política é, portanto, um campo de grande complexidade que precisa ser levado em conta quando se fala em feminismo e estudos de gênero em relações internacionais, já que a discriminação interseccional de mulheres da política é uma evidência da tentativa de diminuição da participação feminina na política e, por isso, constitui um ataque direto à democracia.

Enquanto países da América do Sul, tais como a Bolívia, já têm a violência contra a mulher na política tipificada em lei, tal realidade não existe ainda no Brasil, e mulheres que denunciam a discriminação em espaços políticos do país ainda não possuem alcance a instrumentos legais que apoiem a presença da militância feminina na política brasileira. Mesmo com o aumento da presença feminina na política estatal brasileira e com a inclusão mais contundente do feminismo na sociedade, o que por sua vez culminou na eleição de Dilma Rousseff em 2010 e em sua reeleição em 2014, inúmeras reações negativas perante a participação das mulheres na política ocorreram, principalmente a partir da década de 1980 e, mais recentemente, da entrada do Partido dos Trabalhadores no poder em 2013 (BIROLI, 2018, p. 683).

A única forma de lidar com a violência contra a mulher na política é, portanto, de uma forma interseccional. E a interseção de opressões deve não só incluir gênero, raça e classe, mas também identificações ideológicas e partidárias, etnia, religião e religiosidade (KUPERBERG, 2018). O atual contexto político no Brasil e em outros países do mundo, tais como os Estados Unidos, é marcado pela reinvenção da direita, que no Brasil é fortemente representada pela bancada evangélica e por propostas como o combate às chamadas “ideologias de gênero” e o “Escola Sem Partido”. Tais manifestações pedem urgência na consolidação de mecanismos de proteção às mulheres na esfera política.



A democracia só é possível, portanto, através de um pensamento contra-hegemônico, de “quebra de máscaras”, como disse Djamila Ribeiro sobre o feminismo negro, a principal vertente do feminismo interseccional. Através de um recorte epistemológico que pense o debate entre gênero, raça e classe de forma inseparável, caminhamos a um mundo no qual “as diferenças não signifiquem desigualdades” (RIBEIRO, 2018, p. 27).

O feminismo negro nos ensina que é necessário transgredir barreiras e pensar nas identidades, na cultura dos povos subalternizados, e ir além do simples compartilhamento da luta contra o sexismo entre mulheres brancas e negras, enfatizado e criticado por ativistas como bell hooks e Sojourner Truth. O empoderamento, entendido como a ação de se tornar poderoso e de adquirir poder, autoridade e domínio sobre<sup>5</sup>, implica, antes de tudo, uma ação coletiva de criação de uma consciência social de direitos (RIBEIRO, 2018). Joice Berth, em seu livro “O que é empoderamento”, descreve o empoderamento como um trabalho mais político do que de individualidades, em sua essência,

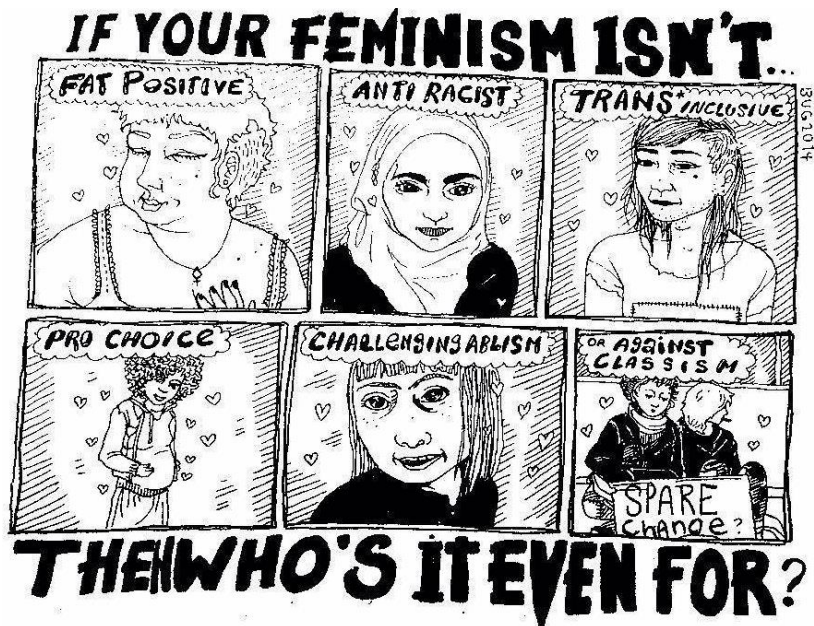
ainda que perpassse todas as áreas de formação de um indivíduo e toda as nuances que envolvem a coletividade. Do mesmo modo, quando questionamos o modelo de poder que envolve esses processos, entendemos que não é possível *empoderar* alguém. *Empoderamos* a nós mesmos e amparamos outros indivíduos em seus processos, conscientes de que a conclusão só se dará pela simbiose do processo individual com o coletivo (BERTH, 2018, p. 130).

O empoderamento está em Marielle Franco, que lutou por grupos LGBTI, pela educação e contra a pobreza em sua comunidade e em seu estado e hoje, mesmo tendo sido retirada da cena política brasileira de forma precoce — ao ser vítima de um crime político—, inspira centenas de mulheres negras a ingressarem em carreiras políticas ao redor do Brasil. Ele também está em Malala Yousafzai, a jovem paquistanesa que, assim como muitas jovens garotas de sua idade, viu seu país ser destruído e sua própria vida ameaçada pelo terrorismo e que, ainda assim, luta pelo acesso de meninas em todo o mundo à educação básica.

---

<sup>5</sup> Definição disponível em: <<https://www.dicio.com.br/empoderamento/>>.

Figura 3 – O que são as ondas do feminismo?



Fonte: FRANCHINI, 2017

“Se seu feminismo não é gordo-positivo, antirracista, transinclusivo, pró-escolha, anticapacitista e contra o classismo, então por quem ele luta?”<sup>6</sup>

O empoderamento é a chave para o futuro. O empoderamento é o caminho contra a retórica antifeminista contida no ideal da “bela, recatada e do lar”: o patriarcado branco, e colonial do Brasil, não quer a mulher como líder da democracia, e a ele seremos resistência. Por isso, para fortalecer a democracia em escala nacional e internacional, é necessário ser interseccional.

## 5 CONCLUSÃO

O feminismo é um movimento social, e assim como todo movimento social, ele tem caráter revolucionário, apesar de conter divergências dentro de sua própria composição metodológica e epistemológica. O surgimento do feminismo como teoria política data dos séculos XVIII e XIX, com o feminismo liberal. Enquanto mulheres majoritariamente brancas e de classe média lutavam pelo sufrágio universal e pela igualdade jurídica e civil entre os sexos, em países como os Estados Unidos e o Brasil,

<sup>6</sup> Tradução e imagem disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a>>.

mulheres negras lutavam não só pela emancipação de seus direitos, mas pelo fim da escravidão, fazendo valer o questionamento da abolicionista Sojourner Truth: o feminismo luta pela libertação da mulher, mas que mulher?

Ao longo dos séculos, o movimento feminista foi se reconfigurando como movimento de luta social democrática e incluindo diferentes olhares, ainda que estes fossem dominados pela ótica ocidental. Tanto no campo da ciência política quanto nos estudos das relações internacionais, a teoria política do feminismo e as abordagens de gênero em relações internacionais impulsionaram o questionamento do status quo científico em ambas as disciplinas, pondo à prova o caráter universalista, essencialista e ocidental do que representaria ser mulher.

As experiências vividas pela mulher são determinadas estruturalmente, e seria impossível construir um movimento de luta social sem considerar as diferentes identidades que nós, mulheres, assumimos de acordo com nosso lugar de fala.

Através dos conceitos de lugar de fala e de ponto de vista feminista, o feminismo interseccional permite a construção de novas bases sociais e do concreto fortalecimento da democracia. O feminismo interseccional nos fala que é preciso ter um olhar mais crítico perante às realidades de desigualdade no mundo e no Brasil e criar debates que possibilitem, nas palavras de Djamila Ribeiro, “a ressignificação do conceito de humanidade” (RIBEIRO, 2018, p. 27). Enquanto predominar a visão eurocentrista branca do fazer científico e forem ignoradas as interseções entre gênero, raça e classe que compõem as diferentes formas de opressão sofridas por nós mulheres, a democracia brasileira e ao redor do mundo estará em perigo.

## 6 REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 3. ed. Trad. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Justificando: Letramento, 2018.

BIROLI, Flávia. Violence against Women and Reactions to Gender Equality in Politics. **Politics & Gender**, [s.l.], v. 14, n. 4, p.681-685, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/s1743923x18000600>.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Justificando: Letramento, 2018.

FRANCHINI, B. S. **O que são as ondas do feminismo?** entenda um pouco da história do feminismo, e como chegamos até aqui. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a>. Acesso em: 26 ago. 2018.

GREY, Ramona June. *Political Theory and the Human Predicament: An Introduction to Major Political Thinkers*. 2. ed. California: Cognella Academic Publishing, 2013.

HOOKS, bell. **Feminism is for everybody: passionate politics**. Cambridge: South End Press, 2000.

ISQUIERDO, Larissa Bozza. Pensando o gênero nas relações internacionais. **Nepri**, Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/Pensando-o-g%C3%A3o-nas-rela%C3%A7%C3%B5es-internacionais.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

KUPERBERG, Rebecca. Intersectional Violence against Women in Politics. **Politics & Gender**, [s.l.], v. 14, n. 4, p.685-690. DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/s1743923x18000612>.

LEVANTAMENTO nacional de informações penitenciárias. INFOPEN Mulheres. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. **Mary Wollstonecraft e as origens do feminismo**. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/27/mary-wollstonecraft-e-as-origens-do-feminismo/>. Acesso em: 26 set. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SALOMÓN, Mônica. **Teorias e enfoques das relações internacionais: uma introdução**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



Ana Karolyne Oliveira Monteiro e Leonardo Mèrcher

SOUZA, Ana Clara Telles C. de. “O pessoal é internacional”: como as teorias feministas transformam o estudo das Relações Internacionais. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**: Londrina, 2014, p.1-8.

TELES, Edson. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. *In*: SOLANO, Esther Gallego (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 65-72.

TRUTH, Sojourner. E não sou mulher? **Portal Geledés**. São Paulo, 08 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 26 set. 2018.

WOLLSTONECRAFT, Mary. Introduction. *In*: WOLLSTONECRAFT, Mary. **A Vindication of the Rights of Woman** (with Strictures on Political and Moral Subjects). 2010. Disponível em: <https://www.earlymoderntexts.com/assets/pdfs/wollstonecraft1792.pdf>. Acesso em: 2 out. 2018.